

A CONFEDERAÇÃO DE SALINAS GRANDES E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA INDÍGENA NA ARGENTINA (1852-1872)¹

Gabriel Passetti*
passetti@klepsidra.net

RESUMO: Até as primeiras décadas do século XIX, as terras do sul da Argentina eram praticamente desconhecidas pelos *criollos*, apesar de cobiçadas por sua fertilidade e planícies, consideradas ideais para a pecuária, onde viviam indígenas acostumados a conviver e a resistir desde a chegada dos espanhóis. Organizados em confederações, participaram da política, das guerras e das trocas comerciais; lutaram por seus projetos, resistiram e chegaram a vencer muitos embates, na defesa de suas autonomias e territórios. Este artigo reflete sobre a Confederação de Salinas Grandes e seu cacique, Juan Calfucurá, relevantes forças políticas nativas na Argentina durante meio século.

PALAVRAS-CHAVE: Argentina, Confederação de Salinas Grandes, Juan Calfucurá, civilização, barbárie

As Salinas Grandes são um complexo de depressões no centro da região pampeana do sul da Argentina, de onde se extrai sal mineral desde o período colonial. Ainda hoje, esta atividade é desenvolvida na região, mas com expressão reduzida em comparação com o século XIX. Na atual divisão administrativa, estas minas estão entre as províncias de La Pampa e Buenos Aires. A importância dessa região para a economia portenha e as relações políticas entre os indígenas que lá habitavam e os diferentes governos *criollos*, entre 1852 e 1872, são o enfoque desse artigo.

INDÍGENAS, CRIOLLOS E ANIMAIS NO PERÍODO COLONIAL

Nas últimas décadas do século XVIII, quando os *estancieros* portenhos expandiram a produção pecuária para corte e obtenção de couros, foi preciso identificar fontes visando à obtenção de grandes quantidades de sal para a manutenção regular dessa atividade. A mais próxima e farta se encontrava

* Doutorando em História Social na USP.

Recebido em 04 de janeiro de 2008
Aprovado em 03 de março de 2008

sob o controle direto dos indígenas e estes sabiam que quem controlava seu acesso garantia uma posição privilegiada para a negociação. Das lutas pelo acesso a esta rica fonte de recursos naturais, participaram caciques de diferentes etnias, mestiços e *criollos*.

Naqueles últimos momentos do período colonial, quando a exploração espanhola se transformou e abriu oficialmente o comércio do porto de Buenos Aires, houve a expansão dos mercados consumidores de carne e couros, tanto na América do Sul quanto na Europa. A ampliação da pecuária levou o gado para além da primeira fronteira natural, o rio Salado, tradicional marco de distanciamento físico da zona de contato (PRATT, 1999, p. 31).² de indígenas e *criollos*.

Ao seguir as *rastrilladas* – as milenares rotas indígenas que cruzavam os pampas – os comerciantes portenhos passaram a atravessar constantemente a região atrás do raro sal. Estas vias estavam em todo o sul da Argentina e eram utilizadas pelos indígenas, pois a região é marcada por longas planícies com poucos referenciais geográficos para a localização. O tráfego de homens e animais durante os séculos abriu estes caminhos, que são profundos sulcos no terreno, guias para a travessia. Nos pontos em que estes se encontravam, estabeleciam-se importantes feiras indígenas, onde eram realizadas as trocas sociais, demográficas, culturais e comerciais.³

Os pampas do sul da Argentina são divididos entre o chamado *pampa úmido* e o *pampa seco*, sendo o primeiro a região próxima de Buenos Aires e a segunda aquela onde estão as Salinas Grandes, a sudoeste. A travessia até esta região era longa e dura, especialmente quando se entrava na zona árida, sendo de vital importância acompanhar o caminho indígena, pois neste havia paradas estratégicas em corpos d'água.

Ao partir de Buenos Aires, as tropas comerciais e militares *criollas* acompanhavam a *rastrillada* e seguiam as chamadas “lagoas encadeadas”,⁴ um complexo hidrológico que remotamente ligou as águas daquele rio às atualmente secas lagoas que formaram as Salinas. Neste caminho, encontram-se os citados corpos d'água, vitais para o transporte até o final do século XIX, pelo fato de possibilitar paradas tranquilas, onde humanos, bovinos e eqüinos podiam vencer a fome e a sede.

A região pampeana e andina da atual Argentina, ao sul do paralelo 35°S, era praticamente desconhecida e intocada pelos espanhóis. Lá habitavam originalmente diferentes grupos indígenas. Os Pampa viviam na zona próxima ao rio da Prata, onde hoje se encontra a província de Buenos Aires. Já os Pehuenche viviam nas serras e nos Andes, enquanto que os Tehuelche habitavam os pampas do sul e a Patagônia.⁵

Estes grupos, muitas vezes rivais, apresentavam diferentes graus de relação entre si, mas constantemente comercializavam seus produtos nas feiras que se constituíam nas encruzilhadas das *rastrilladas*. A chegada dos espanhóis, no século XVI, transformou esta situação, ao inserir três novos fatores na organização originária: a expansão territorial dos colonos, o gado *cimarrón* – aquele que fugia das *estancias*, e a pressão migratória sobre os araucanos, os indígenas que habitavam a região central do Chile.⁶ Entre os séculos XVI e XVIII, estabeleceu-se uma nova situação, na qual todos os grupos indígenas passaram a utilizar, domesticar e comercializar os eqüinos e bovinos. Ademais, a busca pelo gado errante nos pampas levou os diferentes grupos originários da Argentina, bem como os chilenos, a conviver, interagir e se miscigenar, num processo que ficou conhecido entre historiadores e antropólogos como a “araucanização dos pampas”.

Não sendo o enfoque deste artigo as particularidades de cada grupo indígena do sul da Argentina, decorrente da miscigenação característica do final do período colonial, há que se salientar que, a partir desse momento, houve uma adoção generalizada de algumas importantes características de cada uma das culturas envolvidas neste processo. Ao lado dos costumes comerciais, marcadamente dos Pampa, os novos grupos apresentavam também características caçadoras – principalmente de gado bovino, eqüino e ovino – herdadas dos Tehuelche, bem como a tradição de guerra e resistência dos araucanos. Ademais, é interessante destacar a sedentarização destes grupos, a pecuária de animais de origem européia para consumo próprio e venda, bem como a agricultura de cereais e raízes.

Os excedentes produzidos pelas atividades de agricultura, pecuária, caça e guerra, bem como o artesanato de prata, pedras, madeiras e produtos de origem animal, eram trocados nas feiras, levando a crescentes câmbios entre os povos. Em todo esse processo de transformações, foi fundamental o papel desempenhado pela entrada dos animais europeus, responsáveis pela ampliação da mobilidade (eqüinos), facilidade para a obtenção de proteínas (bovinos) e lãs (ovinos).

Até meados do século XVIII (MANDRINI; ORTELLI, 2003),⁷ os animais selvagens – fugidos das fazendas produtoras e que haviam se reproduzido livremente nos pampas – eram suficientes para fornecer carnes aos indígenas e couros a estes e aos comerciantes *criollos* vindos de Montevideú, Buenos Aires e Santiago, que adentravam a região. Naquele momento, o comércio de gado havia alcançado um patamar considerável para a economia e para a organização sócio-política dos grupos nativos, pois a alta rentabilidade das vendas no Chile levou uma parcela considerável dos indígenas para essa atividade.

O esgotamento deste gado selvagem, *cimarrón*, em paralelo com a expansão territorial proveniente de Buenos Aires, levou a uma crescente tensão nas *tolderias* – os acampamentos indígenas. Sem animais para caçar, perdendo terras para os *criollos* e assistindo à crescente leva migratória proveniente da Araucania Chilena, os indígenas precisaram repensar sua estrutura econômica e social. Sem a possibilidade da caça nos campos abertos, passaram a ser procurados os animais que se encontravam nas *estâncias* produtoras, o que os levou a ações cada vez mais hostis contra os portenhos. À invasão organizada e armada, na qual os combates violentos entre indígenas e *criollos* eram constantes, bem como as mortes, e na qual os atacantes procuravam roubar o gado e raptar mulheres e crianças, os argentinos chamam de *malón*.

SALINAS GRANDES, CENTRO ECONÔMICO E POLÍTICO INDÍGENA NO SUL DA ARGENTINA

Centro nevrálgico do comércio e das sociedades pampeanas, as Salinas Grandes foram alvo constante de negociações e ataques dos governos portenhos desde o período da independência. Talvez o exemplo mais sintomático desta seqüência de ações seja o envio de expedições de reconhecimento e mapeamento, como a comandada pelo coronel Pedro Andrés García, já no ano de 1810.

Durante o período em que se investiu no combate aos espanhóis e até o final da década de 1820, o acesso a essa zona de fornecimento de sal se deu de forma indireta, em decorrência do rígido controle indígena sobre a região. Os comerciantes e o governo precisavam negociar com os caciques e oferecer uma série de produtos – açúcar, aguardente, erva-mate, papel, gado – em troca do sal. Entretanto, este sistema foi severamente abalado e transformado no ano de 1833.

Naquele ano, a província de Buenos Aires era governada por Juan Manuel de Rosas. As tropas provinciais e as milícias particulares dos *estancieros* foram reunidas para a formação de uma expedição cujos objetivos eram acompanhar o itinerário estudado pelo coronel García duas décadas antes, ocupar militarmente os territórios até as Salinas Grandes e dividir entre os *criollos* portenhos as terras da *pampa úmida* retiradas dos indígenas. As chamadas “Campanhas do Deserto de 1833” conseguiram alcançar a visada região, controlar grande parte do território, estabelecer três importantes fortes – em Bahía Blanca, Tandil e Azul – mas não foram capazes de dominar as Salinas. Com o saldo de mais de três mil indígenas mortos (SARASOLA, 1999, p. 219), as tropas se retiraram dos pampas e logo se iniciou a partilha do território.

A violenta passagem das tropas *criollas* transformou profundamente os grupos que habitavam o sul da Argentina. O cacique Mariano Rondeau, controlador das Salinas, havia sobrevivido à investida portenha, mas não resistiu a um novo ataque. No início do ano seguinte, quando todos ainda se restabeleciam do ataque, chegaram à região pouco mais de duas dezenas de migrantes da Araucania que, sob o comando de um jovem cacique chamado Juan Calfucurá, ocuparam violentamente a região, aniquilando as resistências desguarnecidas.

Ao dizimar os enfraquecidos *salineros* e tomar posse da região, o chefe araucano deu início ao que viria a se tornar a mais importante força política e militar indígena na Argentina. Temida, contatada e combatida pelos *criollos*, a partir de então, e responsável pelo estabelecimento de um novo tipo de organização para os pampas, começava a ser organizada a Confederação de Salinas Grandes.⁸

A leva migratória que levou Calfucurá da Araucania para os pampas sedimentou a araucanização e potencializou neste novo ambiente a tradição guerreira daqueles indígenas. Fortalecido pela riqueza das Salinas, o novo cacique soube fortalecer sua atuação político-militar e negociar com *criollos* e indígenas para, através do combate e do diálogo, afirmar sua autoridade sobre a maioria dos nativos do sul da Argentina. Conhecido e reconhecido, se tornou o principal interlocutor e o mais visado inimigo dos portenhos de todas as filiações políticas.

Após controlar as Salinas, Calfucurá procurou estabelecer relações pacíficas com o temido governo de Juan Manuel de Rosas. A este também interessava a tranquilidade na fronteira sul, pois permitia o fornecimento do precioso sal e liberava preocupações, recursos e soldados para o combate aos inimigos *criollos*. As décadas de 1830 e 1840 foram marcadas por uma tensa, mas constante relação comercial e política entre Juan Manuel de Rosas e Juan Calfucurá. Ambos procuraram fortalecer e consolidar seus poderes e encontraram no caminho da paz armada a possibilidade para minimizar o perigo externo, o que significava lidar somente com a organização interna de seus poderes.

Diferentemente de Rosas, Calfucurá não teve seu poder ameaçado nem abalado. Atacado por uma heterogênea aliança militar, o governador de Buenos Aires saiu derrotado em 1852, enquanto que o cacique apenas viu sua força e atuação potencializados pela nova circunstância político-econômica.

Naquele início da década de 1850, a confederação de Salinas Grandes já havia estendido seu poder político direta ou indiretamente a praticamente todos os pampas do sul da Argentina, controlando não apenas as minas de sal, mas as *rastrilladas* e uma parcela considerável do comércio de gado para o Chile, através dos Andes.

O poder político-econômico de Juan Calfucurá na Confederação de Salinas Grandes era marcado por uma complexa rede de alianças, que dava sustentação à sua autoridade, enquanto negociador externo dos indígenas. Segundo a tradição araucana, os principais caciques e os anciãos se reuniam no Tantum, onde discutiam, negociavam e organizavam a sociabilidade interna. Para as relações com outros grupos indígenas ou com os *huincas* – como chamavam os *criollos* – era eleito um dos principais caciques. Em decorrência da constante e crescente beligerância desde os primeiros momentos da chegada dos espanhóis, houve uma tendência para a cristalização deste poder. No início do século XIX, estava estabelecida uma tradição de hereditariedade patrilinear para o cacicado principal, com a consolidação de importantes linhas familiares.

Ao instalar a confederação de Salinas Grandes, Calfucurá levou seu grupo, os Curá, ao centro do poder. Seus parentes mais próximos se tornaram alguns dos mais importantes chefes daquele grupo e, com o tempo, estabeleceu-se uma sociedade semelhante à das Cortes, com uma quantidade considerável de indígenas sobrevivendo não mais da guerra, da pecuária, do comércio ou da agricultura, mas sim das rendas advindas destas atividades. Estas pessoas se tornaram responsáveis por uma incipiente burocracia administrativa, da qual faziam parte os escribas, contadores, representantes comerciais e diplomáticos, além dos espíões. Aqueles que eram enviados para negociar ou vigiar outros grupos indígenas ou os *criollos*, repassavam informes constantes a Juan Calfucurá e eram sustentados por sua organização.

Entre as atividades mais lucrativas desenvolvidas pela Confederação, certamente a mais destacada era a criação e roubo de gado para a travessia da Cordilheira e venda no Chile.⁹ Neste comércio, enfrentavam a concorrência de grupos *criollos* tradicionais, mas logo os suplantaram, pois com os *malones* conseguiam gado roubado, vendido a preços mais baixos no Vale Central chileno.¹⁰

Juan Calfucurá alcançou poder considerável ao conseguir habilmente negociar com os *criollos*, sem deixar de manter os interesses e as individualidades dos caciques menores da Confederação – independentes para comercializar, *malonear* e transitar praticamente sem impedimentos. Neste delicado equilíbrio, mantinha sua legitimidade diante de indígenas e *criollos*, ora responsabilizando uns, ora outros, pela instabilidade na aceitação dos tratados e no controle das invasões mútuas.

Os comandantes militares entendiam que Calfucurá era o responsável pelo controle dos milhares de indígenas sob a chancela da Confederação de Salinas Grandes, mas este constantemente alegava ser apenas um represen-

tante designado pelo Tantum, incapaz de controlar e impedido de punir aqueles que descumpriam os tratados, pois era apenas mais um cacique.

Este jogo com as palavras e as diferentes interpretações para os mesmos acordos se mostrou bastante desenvolto durante a década de 1850. Após a queda do governo de Rosas, em 1852, logo os argentinos se dividiram política e economicamente entre a Confederação Argentina, comandada pelo general Justo José de Urquiza, e o Estado de Buenos Aires, governado pelos liberais capitaneados por Bartolomé Mitre e Adolfo Alsina.

JUAN CALFUCURÁ E A FORÇA DOS SALINEROS ENTRE 1852 E 1859

Diante da eminência de uma guerra civil entre os *criollos*, Juan Calfucurá e a Confederação de Salinas Grandes procuraram negociar e reafirmar seu poder. Em um primeiro momento, ao notar o enfraquecimento das defesas nos fortes da fronteira, a opção foi pelo ataque, com um duplo sentido: por um lado, obtinham-se valiosos recursos, por outro, eram afirmadas posições e apresentadas as forças na nova configuração que se delineava para a Argentina pós-rosista.

Os primeiros anos deste novo período explicitam a força política da Confederação de Salinas Grandes. Enquanto os demais grupos indígenas procuraram os *criollos* em luta, para negociar tratados mais vantajosos, Calfucurá se manteve inicialmente distante de um comprometimento formal com qualquer parte, aberto às negociações – e às ofertas – vindas dos dois lados.

Considerado pelos novos detentores do poder *criollo* como um aliado incondicional de Rosas, o cacique procurou se apresentar então como um negociador hábil, arredio à violência e às invasões. Através de sua rede de contatos, apresentou uma proposta aos governos em disputa, na qual exigia uma série de produtos em troca da manutenção da paz. Ao enviar a mesma proposta aos dois grupos, procurou identificar a resposta mais interessante e lucrar com a negociação dupla, mantendo uma posição dúbia, em que não se comprometia com nenhum dos oponentes.

A comparação entre as propostas enviadas a partir de Buenos Aires e de Paraná – a capital da Confederação Argentina – permitiu a Calfucurá iniciar um lento movimento de aproximação a este segundo grupo, sem efetivamente se distanciar e romper com o primeiro. Enquanto os confederados ofereceram bens materiais, cargo militar e a oficialização do controle territorial, em troca do apoio e da paz na fronteira, os portenhos propuseram a sedentarização, o desarmamento e a catequese. Diante de ofertas díspares,

aquela em que se mantinha a independência, as terras e o modo de vida tradicional, foi preferida.

Os militares responsáveis pela defesa da fronteira portenha logo notaram o distanciamento de Calfucurá e seus informantes; os indígenas confirmaram negociações entre o cacique e os inimigos *criollos*. Em comunicação interna, afirmava-se que “os índios dizem que Calfucurá enviou emissários para a província de Santa Fé e ao general Urquiza, querendo saber as novidades e como estavam os negócios. O citado militar teria mandado dizer que os índios deveriam ser reunidos e mantidos prontos para, ao primeiro aviso, atacar Buenos Aires”.¹¹

As correspondências militares de ambos os grupos *criollos* apontam um gradual movimento de aproximação entre a Confederação de Salinas Grandes e sua maior rival, a Confederação de Leucuvó, dos índios Ranquel. Em busca de melhores condições para a negociação de tratados duradouros com Urquiza, os indígenas superaram antigas disputas e se reuniram para, com mais força, pressionarem para obter mais vantagens.

Como Buenos Aires se negava a negociar com os Ranquel, e a recíproca era verdadeira, é interessante notar como Calfucurá se tornou momentaneamente um defensor não declarado deste grupo. Oficialmente ainda vinculado aos portenhos, ele tinha duas obrigações importantes: informar possíveis invasões e auxiliar em campanhas punitivas, o que o deixava a par das constantes movimentações das tropas na fronteira. Após se aliar à Confederação de Leucuvó, passou a informá-los sobre os ataques organizados por Buenos Aires, invertendo seu papel no tratado negociado e potencializando o papel de defensor dos indígenas, que buscava construir nos pampas. Desenvolto, forte política e economicamente, Calfucurá manteve uma posição bastante interessante diante dos negociadores *criollos*.

Enquanto os portenhos investiam para se aproximar dele – sabidamente o líder da mais expressiva organização indígena do sul da Argentina – o governo da Confederação procurou não apenas este, mas todas as principais lideranças dos pampas, principalmente os caciques dos Ranquel. Novamente com uma proposta mais interessante política e economicamente, o governo de Urquiza organizou uma grande reunião na cidade de Río Cuarto, província de Córdoba, para onde se dirigiram mais de uma centena de caciques.

O governador daquela província, representante do governo confederado na negociação com os indígenas, estava instruído a

comprar a paz e celebrar um tratado, desde que fossem oferecidas sólidas garantias de que nenhuma daquelas hordas invadiria província alguma da

Confederação, mantendo-se fiel ao compromisso. Para oficializar os acordos, deveria insistir nos sérios castigos que o governo executaria caso fossem traidores da fé prometida e voltassem, com seus latrocínios, a se converter no mal desolador e sangrento da República.¹²

Assinado em junho de 1854, o tratado marcou uma profunda transformação nas relações entre os indígenas e os *criollos*, em guerra civil. Como acordado, os caciques impediram ataques *malones* às Províncias da Confederação e centralizaram estas invasões à única região fora desta: Buenos Aires. No acordo assinado, havia o comprometimento do governo da Confederação Argentina em fornecer gado, farinha e metais aos caciques, mas estes fornecimentos jamais foram em quantidade suficiente. Desta forma, se incentivava economicamente os *malones*.

O tratado de paz de 1854¹³ não deve ser entendido como uma manipulação de Urquiza sobre os caciques, pois estes conheciam as diferentes propostas de negociação enviadas e optaram pela que lhes pareceu mais conveniente, pois legitimava seu território – agora tido como terras indígenas da República Argentina – e sua autoridade, contribuindo também com vantagens materiais e com a possibilidade da manutenção dos *malones*, um dos eixos da organização social, política e econômica daqueles povos.

A formalização da aliança entre as confederações indígenas e a Confederação Argentina se deu seguindo as tradições de ambos os grupos. Se por um lado houve a assinatura formal do tratado, por outro houve o comprometimento pessoal das lideranças. É interessante destacar que não apenas os caciques reafirmaram a negociação através de ligações particulares, mas o próprio presidente Justo José de Urquiza participou destas novas redes de aliança e se tornou padrinho de filhos de destacados caciques, como do primogênito de Calfucurá, Manuel Namuncurá.

Com essa atitude, reafirmou sua palavra, segundo os costumes e tradições indígenas, permitindo que os caciques o vissem como um igual, e respeitassem suas decisões. Apesar de ligações pessoais entre políticos serem corriqueiras, na prática política argentina do período,¹⁴ esta postura não era comum nas relações com os povos nativos. Ao reconhecer as forças políticas e oferecer tratamento diferenciado, Urquiza conseguiu criar uma relação de amizade, parentesco e cumplicidade que vinculava a si e a seu governo aos principais caciques e suas confederações.

Ligados pelo papel e pela palavra, confederados *criollos* e indígenas criaram uma forte aliança contra Buenos Aires, marcada pelo envio de informações preciosas de lado a lado, obtidas por informantes e espões mantidos

na capital e entre os *indios amigos*¹⁵ dos portenhos. Neste sentido, os indígenas eram vistos e se viam como efetivos aliados de Urquiza e da Confederação. Se aos *criollos* era interessante a desestabilidade econômica de Buenos Aires, aos caciques era lucrativo e socialmente importante realizar os *malones*. A ambos, interessava derrubar o governo portenho.

Menos de um mês após a assinatura do tratado, o coronel Manuel Baigorria,¹⁶ responsável pela administração dos recursos da Confederação encaminhados aos indígenas, escrevia a “meu bom amigo, general Calfucurá”¹⁷ para reafirmar os pontos acordados, em especial o veto às invasões às terras da Confederação. A escolha deste militar para a intermediação das relações com os caciques explicita o investimento do governo de Urquiza, pois este homem viveu praticamente todo o período do governo de Juan Manuel de Rosas entre os Ranquel, pois era inimigo político daquele governador. Com o fim do regime de Rosas – para o qual contribuiu ativamente, levando os indígenas para a luta – ele se tornou talvez o mais destacado intermediador entre indígenas e *criollos*, pois era alguém que havia convivido anos dos dois lados da fronteira e conhecia profundamente ambos os grupos.

Manuel Baigorria, ao utilizar o termo “amigo” para tratar com Calfucurá, reafirmou antigas relações de amizade e parentesco. Ao chamar o cacique de “general”, explicitou a importância atribuída a estes chefes pelo governo da Confederação, consciente da importância da manutenção da paz em suas fronteiras, para a prosperidade econômica e a paz interior, bem como da força militar concentrada nas mãos dos principais caciques e que poderia, uma vez aliada, ser empregada contra Buenos Aires.

Logo, este investimento rendeu importantes frutos. Interessados em atacar Buenos Aires – a única província fora da Confederação, e onde estavam os mais importantes rebanhos – os indígenas iniciaram 1855 com uma série de invasões. Calfucurá comandou mais de 5.000 *maloneros* contra a região do forte e da vila de Azul, enquanto que os Ranquel focaram sobre a então próspera vila de Rojas. Em ambos os casos, o governo portenho não conseguiu reunir soldados suficientes e apenas assistiu à destruição de importantes regiões pecuaristas.

A até então rica e próspera *campana* de Buenos Aires passou a ser assolada cotidianamente por um número impressionante de *malones* e a ver suas *estancias* serem destruídas, seu gado roubado, homens mortos, mulheres e crianças raptadas. Diante de um quadro que descreviam como catastrófico e inadmissível, os influentes *vecinos* – como eram chamadas as elites municipais – passaram a pressionar intensamente o governo. Em um primeiro momento, foram enviadas cartas e petições solicitando mais militares na

fronteira, depois reivindicaram tratados para “pacificar” os indígenas e, por fim, passaram às ameaças.

Diante de uma seqüência inacreditável de invasões, viam a ínfima resposta militar como um sinal de fraqueza de controle e princípios. Para civis e comandantes da fronteira, a solução para a situação passava pelo uso extensivo e violento da força contra aqueles que entendiam como os “vândalos dos pampas”. Sem respostas ou atitudes mais enérgicas provenientes do comando central do Ministério de Guerra e Marinha, passou-se à via das ameaças.

A partir de 1856, começou a chegar aos gabinetes ministeriais em Buenos Aires uma série de correspondências, cujos conteúdos expressavam a situação enfrentada pelos moradores do interior da província, seus temores e projetos. Se em um primeiro momento foram enviados abaixo-assinados pedindo reforços militares e a elaboração de estratégias definitivas para a defesa daquelas terras, logo os pecuaristas passaram a atitudes mais hostis e a mensagens mais diretas.

As cartas, muitas delas assinadas por autoridades municipais em nome dos *vecinos*, afirmavam que a situação era insustentável. Como o governo não reforçava as defesas – por absoluta falta de soldados e recursos materiais – os pecuaristas passaram a boicotar as sessões de alistamento para a Guarda Nacional, pois preferiam que seus parentes e funcionários fossem mantidos em suas propriedades para ajudar na defesa, do que vê-los dispersos e sem um comando efetivo contra os indígenas. Ao avançarem os anos, as ameaças cresceram e atingiram seu ápice, tendo sido veiculadas em correspondências nas quais os pecuaristas afirmavam que estavam programando abandonar o interior de Buenos Aires e levar o gado que ainda tinham para as terras da Confederação, pois sabiam que lá viveriam em paz.¹⁸

O governo portenho não se manteve paralisado diante de tantas e importantes manifestações. Consciente da impossibilidade de se aliar a grupos já comprometidos com a Confederação, como os Ranquel, procurou aqueles que viviam próximos de Buenos Aires para negociar. Os termos propostos se afastavam daqueles oferecidos inicialmente – sedentarização e catequese¹⁹ – pois eram oferecidas patentes militares e bens materiais e assim alguns importantes caciques da etnia Pampa se aproximaram. O objetivo final dos militares portenhos, em relação a estes *indios amigos*, era manter um cinturão de defesa contra os *maloneros*.

Ao ser procurado, Calfucurá se dispôs a uma troca de prisioneiros em troca de cativas *criollas*. Alegando proteger alguns indígenas que haviam sido injustamente presos, levou mais de 1.500 de seus homens às proximidades do forte *25 de Mayo* e exigiu sua liberdade, sob a ameaça de destruir tudo, de

forma que “não sobriariam nem galinhas”²⁰. Em pânico, as autoridades civis e militares da região cederam à pressão e cumpriram o exigido.²¹

Nesse momento, a Confederação de Salinas Grandes já estava plenamente alinhada com as propostas, projeto político e objetivos militares da Confederação Argentina. Certo de sua força e da vitória da aliança com Urquiza, Calfucurá escreveu aos militares portenhos e explicitou sua opção final. Segundo um dos comandantes da fronteira, “Calfucurá mandou dizer que se reuniu com Urquiza e que deste queria ser amigo para com ele lutar contra este governo para que Urquiza governe Buenos Aires”.²²

Diante de uma declaração de guerra de Calfucurá, os militares portenhos pouco puderam fazer, pois se preocupavam com o esperado ataque comandado por Urquiza e com os recorrentes *malones*, perdendo gradativamente o apoio econômico e social dos pecuaristas e dos colonos da fronteira sul, além dos tradicionais grupos comerciantes de gado com o Chile, que enfrentavam a concorrência indígena.

UMA ALIANÇA INDÍGENA-CRIOLLA CONTRA BUENOS AIRES

Nos anos de 1858 e 1859, era pública a grande aliança entre as confederações indígenas e *criolla* contra Buenos Aires. Os *malones* cresciam, a força política e econômica do governo de Urquiza também e os portenhos estavam gradativamente enfraquecidos e deslegitimados, à procura de uma oportunidade para uma ação espetacular, para encerrar a oposição da Confederação e as invasões dos indígenas. O momento pareceu ter chegado em setembro de 1859, quando alguns cativos que haviam fugido e atravessado os pampas chegaram aos fortes portenhos. Segundo relato:

[...] há três meses os índios saíram na direção de Mulitas com o apoio de mil e quinhentos índios chilenos, em um total de três mil, sob o comando de Calfucurá e o apoio de Quentriél. Este chegou de Paraná, onde se encontrou com Urquiza, e foi às *tolderias* de Calfucurá com alguns oficiais de Paraná. As famílias e as cativas foram reunidas e deixadas sob os cuidados de alguns índios velhos e de garotos nas montanhas, enquanto que os rebanhos estão praticamente abandonados em Carhué.²³

Aos olhos dos militares de Buenos Aires, este relato apresentou uma situação espetacular, pois os incontáveis eqüinos, bovinos e ovinos das confederações indígenas poderiam ser (re)capturados e as cativas poderiam ser resgatadas, enquanto que se organizaria a defesa em Mulitas. E assim foi feito.

Um enorme contingente militar foi reunido para atravessar a *pampa seca* e alcançar as Salinas Grandes. Sob o sol da primavera e a aridez característica da região, marcharam milhares de soldados e animais, carregando armamentos, canhões e carroças para auxiliar no transporte do que se pretendia resgatar em Carhué.²⁴ Já desgastados pela ineficaz repressão aos *malones*, todos esperavam encontrar a salvação nos pampas.

O resultado da apressada e desastrosa operação militar foi exíguo: 250 éguas, apenas 10% do que um *malón* bem-sucedido conseguia arrecadar. Ademais, apenas homens e cavalos esgotados fisicamente.

Duas semanas depois, e sem possibilidade de reagir, os militares portenhos constataram que haviam sido enganados. Os cativos receberam informações falsas e tiveram suas fugas facilitadas justamente para levar os dados a Buenos Aires e instigar a cansativa campanha aos pampas. Em uma última atitude desesperada, as tropas comandadas por Bartolomé Mitre tentaram vencer os confederados. Cansados, em menor número e com poucos cavalos, foram derrotados e assistiram as tropas de Urquiza entrar em Buenos Aires, reincorporar a “província rebelde” e reunificar a Argentina.

A vitória da Confederação na batalha de Cepeda, em 1859, foi o resultado direto da aproximação entre Urquiza e os caciques dos pampas. Tanto seu governo quanto o governo portenho reconheceram a força política, econômica e militar concentrada pelas confederações indígenas e procuraram negociar uma aliança. Em um momento de contatos como jamais ocorrera, descobriram interesses políticos, econômicos, territoriais e culturais dos indígenas e estes souberam, em especial Juan Calfucurá, usar a negociação e o conflito em busca de reconhecimento. Após séculos de guerras e interregnos de convívios relativamente pacíficos, a zona de contato do sul da Argentina apresentou, desde a época de Juan Manuel de Rosas, momentos de interação e tensa aproximação, pois *criollos* e indígenas compreenderam as forças e interesses reunidos do outro lado da fronteira. Os caciques evidenciaram compreensão das lutas internas das elites argentinas e procuraram estabelecer estratégias para explorar politicamente a cisão e defender suas terras – consideradas desertas – e suas populações – tidas como bárbaras.

A década de 1850 foi marcada por intensas negociações políticas entre as confederações de Salinas Grandes e Argentina, resultando em uma incrível e violenta série de *malones*, que auxiliaram Urquiza a reconquistar Buenos Aires e reunificar o país. Os liberais portenhos logo se reorganizaram e voltaram a se rebelar contra o que entendiam como uma ingerência das províncias do Interior nas lucrativas rendas do porto. Após novo embate militar, em 1862, assistiram à retirada das tropas de Urquiza e finalmente conseguiram unir o país sob sua tutela.

OS PORTENHOS E SUA GUERRA DA CIVILIZAÇÃO CONTRA A BARBÁRIE

Em 1845, o jovem Domingo Faustino Sarmiento, exilado em Santiago do Chile, publicou uma série de artigos que posteriormente viriam a se tornar um livro²⁵. Nele, narrava a história de Facundo Quiroga, considerado um marco da barbárie que assolava a Argentina. Neste texto, foram identificados aqueles que eram os inimigos para o liberalismo na região: os caudilhos, os *gauchos* e os indígenas.

Os liberais argentinos elaboraram um projeto nacional, que supunha a supressão da barbárie, como entendida e descrita por Sarmiento e, para tal, empreenderam uma série de batalhas. Os caudilhos foram perseguidos nas províncias do Interior, os *gauchos* transformados em bandidos e os indígenas caçados como selvagens fadados à extinção.

Os caciques, antigos aliados dos inimigos Rosas e Urquiza, agora estavam identificados com a barbárie. Os militares, apoiados pelos pecuaristas e comerciantes de gado com o Chile, entendiam que a solução para aquela situação passava por violentas campanhas para liquidar a presença nativa dos pampas.

Assim como ocorreu nos períodos anteriores, as relações com a confederação de Salinas Grandes foram ambíguas, marcadas por momentos de guerra e paz. Calfucurá conhecia e temia os exércitos que venceram seu aliado Urquiza e procurou, em um primeiro momento, manter sob controle seus *maloneros*, tentando compreender quais os planos dos novos detentores do poder. Os portenhos, por outro lado, após praticamente uma década de intermináveis ataques, também temiam a força do cacique e procuraram “pacificá-lo” momentaneamente, até organizarem o governo e enfrentar outras resistências.

Para o novo governo, os gastos com a confederação de Salinas Grandes, ainda que necessários para momentaneamente manter a paz na fronteira sul, eram inúteis e vergonhosos, pois se opunham frontalmente ao projeto nacional em execução. A aliança com homens vistos como bárbaros sanguinários era tida como circunstancial e estratégica, mas jamais como o reconhecimento de sua importância ou de eventuais direitos sobre territórios.

Entre 1862 e 1865, os investimentos políticos e militares dos liberais argentinos se centraram no combate aos caudilhos e na criação de instituições e organizações centrais, nacionais. Neste período, grande parte dos indígenas – exceto os Ranquel – foi mantida em paz pela via dos tratados que forneciam bens materiais, pois os objetivos eram outros e o interesse momentâneo girava em torno da organização nacional e da paz nas fronteiras do sul e não ainda na expansão territorial.

Entretanto, os desdobramentos das redes de aliança na região platina levaram a Argentina a entrar, juntamente com o Império Brasileiro e o Uruguai, em guerra contra o Paraguai. Este novo evento, prontamente noticiado aos caciques pelos informantes, transformou o equilíbrio de forças no sul e permitiu o crescimento vertiginoso da força dos caciques.

A transferência de homens, animais e armas para os campos de batalha paraguaios desguarneceram a fronteira e estimularam novas discussões nas confederações indígenas. Cientes da complexidade da guerra que os liberais enfrentavam e conscientes do projeto nacional que os excluía política e fisicamente, as confederações partiram para o ataque.

Os pedidos por reforços provenientes dos comandantes da fronteira sul não eram mais respondidos pelo Ministério de Guerra e Marinha, mais preocupado com Solano Lopez do que com os caciques. Segundo o Inspetor Geral de Armas da Província de Córdoba, Manuel Baigorria, “os índios declararam abertamente a guerra, rompendo com os tratados de paz celebrados, pois as invasões ocorrem constantemente”.²⁶

Sem conseguir combatê-los, os militares procuraram os caciques e ofereceram novos e mais lucrativos tratados. Naquele momento, era impossível enfrentar tantos inimigos e era sabido que os indígenas estavam vendendo caro uma paz que não era garantida. Conhecedores das fraquezas e deficiências do governo argentino, estes entenderam que aquele era o momento certo para pressionar por vantagens, pois não havia margem para o governo negociar.

Apesar de todo o envolvimento social e político, das mortes e dos gastos com a guerra contra o Paraguai, o Congresso argentino teve tempo e preocupação para discutir e aprovar uma lei que ditou o futuro das relações entre *criollos* e indígenas a partir de então. O ano era 1867 e a guerra estava em um de seus momentos mais tensos e sangrentos, quando foi votado o texto da lei nº 215, de 13 de agosto de 1867, no qual se lia:

As forças do exército da República ocuparão as margens do rio Neuquén, desde seu nascimento nos Andes [...] As tribos nômades existentes no território nacional se concederá tudo para sua existência fixa e pacífica; No caso de que todas ou algumas das tribos resistam à submissão pacífica à autoridade nacional, será organizada uma expedição geral para submetê-las e transferi-las para o sul dos rios Negro e Neuquén; O efeito da presente lei começará a ter efeito assim que terminar a guerra que hoje a Nação sustenta contra o Paraguai.²⁷

A lei n. 215 regulamentou a atuação dos militares a partir de então e indicou um objetivo claro para suas ações: a ocupação dos territórios até os

rios Negro e Neuquén, com a submissão pacífica e a sedentarização dos indígenas ou a transferência forçada para as terras frias e secas ao sul da citada fronteira natural. Simultaneamente à publicação do texto, os caciques – leitores assíduos dos jornais portenhos – souberam da mesma e começaram a se organizar para estabelecer novas estratégias diante de um plano claro e organizado de ocupação de seus territórios.

A partir deste momento e ainda durante os combates contra os paraguaios, os indígenas se perceberam em guerra declarada contra os *criollos*. Suas opções eram a rendição ou a resistência, levando ao surgimento de um movimento unificado de defesa. As tradicionais rivais confederações de Salinas Grandes e Leuvucó uniram seus esforços e passaram a realizar ataques coordenados aos fortes e a regiões estratégicas, não mais apenas para obter gados e cativas, mas substancialmente para marcar posição e frear os planos expansionistas.

Encerrada a Guerra do Paraguai, em 1869, a situação se tornou extremamente tensa na fronteira sul. Soldados veteranos e armamentos modernos foram transferidos aos fortes, agora conectados pelo telégrafo. Diante desta nova organização, os caciques elaboraram outra estratégia de ataque: *malones* coordenados de milhares de homens contra uma região específica, com o objetivo de destruir a presença *criolla* na região e despovoá-la. Declarada a guerra, a idéia indígena era reconquistar os territórios perdidos e expulsar os *criollos*.

O primeiro alvo selecionado foi a região de Bahía Blanca, na costa do Atlântico, para onde Manuel Namuncurá – o primogênito de Calfucurá, afilhado de Urquiza – se dirigiu com mais de 2.000 homens em novembro de 1870.²⁸ A confederação de Salinas Grandes estava disposta a expor seu entendimento da nova situação e sua força político-militar para tomar a dianteira nos embates e forçar o recuo *criollo*.

Bahía Blanca não chegou a ser abandonada, mas ficou praticamente destruída. Segundo o comandante militar escalado para a região após o *malón*:

cheguei às 5 da tarde. Sinto manifestar que aqui não encontrei absolutamente nada. Não há soldados nem cavalos, a ponto de não ter como enviar esta mensagem. Procurarei por todos os meios iniciar negociações para um tratado de paz com Calfucurá até que o tempo me permita reunir elementos mais precisos para a defesa da região.²⁹

As correspondências internas do Ministério de Guerra e Marinha do início de 1872 apresentam uma preocupação recorrente. Os grandes *malones*

do ano anterior não estavam se repetindo, apesar dos constantes informes sobre a chegada de grupos de araucanos às Salinas Grandes. No entendimento dos militares, Calfucurá estava preparando nova invasão da mesma proporção ou maior do que a empreendida contra Bahía Blanca.

Eles estavam certos. O alvo foi a região de San Carlos, também na província de Buenos Aires, e os ataques se iniciaram em 6 de março de 1872, na vila de *25 de Mayo*. Juan Calfucurá, com o auxílio de mais de seis mil homens de Salinas Grandes, Leuvucó e seus parentes da Araucania Chilena, comandou pessoalmente o ataque e procurou legitimar suas ações como uma resposta aos ataques militares.³⁰

A estratégia adotada nesta nova invasão foi ainda mais ousada: além de expulsar os *criollos* da região, foi instalado um acampamento militar indígena, no qual se reuniam os caciques e de onde saíram, durante três dias, os *maloneros*. Segundo uma autoridade civil da vila *Nueve de Julio*, após este período

os índios vão em retirada: levam um imenso arreo que se calcula em mais de cinqüenta mil vacas e mais de dez mil éguas, ovelhas e muitas famílias cativas. Eles queimaram e saquearam vários estabelecimentos. Os invasores são Calfucurá, Mariano Rosas [Ranquel], a quem se juntou Raniqueo [aliado de Buenos Aires] com toda sua gente.³¹

A ação dos indígenas havia sido devastadora sobre a região e sua retirada era lenta, pois levavam uma quantidade impressionante de animais. O caminho até as Salinas era longo e a velocidade de vacas e ovelhas colaborou para que os mais de mil soldados enviados para a repressão, contatados pelo telégrafo, auxiliados por algumas centenas de *indios amigos*, comandados pelo general Ignacio Rivas, os alcançassem.³²

Milhares de homens se encontraram e lutaram em meio a uma imensa manada de bovinos, eqüinos e ovinos. A luta foi corporal, lanças contra rifles em uma dura batalha na qual mais de duas dezenas de indígenas morreram e os demais fugiram sem levar o gado roubado. Aquela se tornou a primeira grande vitória dos *criollos*³³ contra Calfucurá e um marco de inflexão no poder político, militar e econômico indígena. A vitória não foi obra do acaso ou da sorte, mas de uma estratégia de contra-ataque orquestrada, planejada e executada a partir da experiência e contando com os armamentos da Guerra do Paraguai. O ápice do poderio das confederações indígenas havia sido alcançado e a decadência, a partir de 8 de março de 1872, foi estrondosa.

Após a vitória sobre as tropas de Solano Lopez, os militares voltaram à fronteira sul dispostos a executar a lei n. 215. A geração que assumiu o co-

mando naquele momento era veterana de guerra e havia elaborado uma nova estratégia para conter os indígenas, supondo o abandono da opção defensiva, com o uso extensivo de fortes, experiência herdada dos espanhóis. Convencidos de sua superioridade, os *criollos* entenderam que aquele era o momento de atacar frontalmente os caciques e eliminá-los dos pampas. Em seu entendimento, as longas planícies permitiam aos indígenas avanços e recuos rápidos com o uso dos cavalos, pois não há fronteiras naturais na região antes do rio Negro, já na transição para a Patagônia.

O imaginário social portenho, hostil aos indígenas desde o período das “Campanhas do Deserto de 1833”, foi alimentado pelas décadas de sucessivos *malones* e aparece nos abaixo-assinados de *vecinos* atacados e comerciantes de gado empobrecidos, potencializados pelas teorias do evolucionismo racial humano. Para a nova geração de militares, cujo expoente principal foi o futuro Ministro de Guerra e Marinha e Presidente, Julio Argentino Roca, a dicotomia argentina apresentada por Sarmiento em *Facundo* exigia atualização, passando de “civilização e barbárie”, a “civilização ou barbárie”.

Juan Calfucurá e sua confederação de Salinas Grandes viveram a política argentina desde a década de 1830 e alcançaram seu apogeu nos anos 1860. A luta se centrou contra Buenos Aires e, após a formalização da opção pela ocupação territorial, deram início à unificação política dos indígenas. A partir de 1870, a guerra foi declarada, experimentada e perdida.

A CONFEDERAÇÃO DE SALINAS GRANDES APÓS 1872

Após a derrota em San Carlos, o prestígio e o poder de Juan Calfucurá e de sua confederação foram severamente abalados. No ano seguinte, ele procurou reorganizar seu poder e iniciar negociações para um tratado, enquanto organizava uma nova invasão de grandes proporções, com o auxílio de parentes chilenos.

Entretanto, tudo foi interrompido em meados de 1873. Com pneumonia e aos 83 anos, Juan Calfucurá faleceu em 03 de junho. As cerimônias para seu sepultamento explicitam a força política que reuniu e seu imenso prestígio. Os caciques mais importantes se dirigiram às Salinas ou enviaram representantes. Seu irmão, Reuque Curá, veio do Chile. O chefe Ranquel, da confederação de Leuvucó, Paghitrutz Guor, o poderoso chefe Sayhuenque, controlador dos Andes de Mendoza e do Neuquén, bem como antigos desafetos, os caciques Pampa, Catriel e Coliqueo, além de muitos parentes vindos da Araucania que também estiveram presentes. Formou-se uma reunião com mais de 2000 indígenas.³⁴

A confederação de Salinas Grandes, criada por Calfucurá em 1834, ficou sem seu líder e mentor, após mais de quatro décadas de predomínio nos pampas. O poder, alvo de intensas disputas, foi finalmente dividido em um triunvirato. Os assuntos militares foram assumidos pelo primogênito Manuel Namuncurá, enquanto que as negociações internas ficaram a cargo de um sobrinho, Alvarito Reumay, e o papel de diplomata ficou a cargo de outro filho de Calfucurá, Bernardo Namuncurá. Com o passar do tempo, Manuel Namuncurá se destacou e assumiu a liderança da ainda forte, mas já comalida, confederação das Salinas Grandes.

Nos anos seguintes, os indígenas dos pampas se viram diante de uma crescente e incontrolável pressão por suas terras. A linha de fronteira foi rapidamente expandida até deixá-los isolados na *pampa seca*. Desgastados física e moralmente, foram atacados pelo exército a partir de 1878, quando houve a execução da famosa Lei nº 215, de 1867. Dos aproximadamente 30.000 indígenas que habitavam os pampas e os Andes, no mínimo um terço foi assassinado e o restante preso e enviado a pé ao norte da Argentina. O número que alcançou seu destino final é impreciso e seu futuro como mão-de-obra barata, foi desanimador. Agora os pampas estavam livres da “barbárie”, que poderia ser dividida e explorada pelos tradicionais grupos pecuaristas e de comerciantes de gado, auto-intitulados “civilizados”.

SALINAS GRANDES CONFEDERATION AND NATIVE-AMERICAN POLITIC STRUGGLE IN ARGENTINA, (1852-1872)

ABSTRACT: In early 19th century, southern Argentina was yet almost unknown to most criollos, but desired for farms and cattle. There lived native-americans who dealed and resisted since the coming of the Spanish colonists. Organized into confederations, they joined into the politics, wars and commerce, fought for their projects, resisted and eventually won, always in defense of autonomy and territory. This paper focuses on Salinas Grandes confederation and its cacique, Juan Calfucurá, the strongest forces to the Argentinean native-american forces.

KEY-WORDS: Argentina, Salinas Grandes confederation, Juan Calfucurá, civilization, barbarism

NOTAS

- 1 Este artigo apresenta algumas conclusões da dissertação de mestrado *Indígenas e criollos: política, guerra e traição nas lutas no sul da Argentina (1852-1885)*,

Gabriel Passeti. A Confederação de Salinas Grandes e a participação...

defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da USP, em 2005, com o apoio financeiro da Fapesp

- 2 Para Mary Louise Pratt (1999, p. 31), as zonas fronteiriças são zonas de contato, “espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contacto umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada”.
- 3 Para os modos de viver e estratégias de sobrevivência indígenas nos pampas, ver Mandrini e Ortelli (1992).
- 4 Para uma análise das lagoas encadeadas, ver Miraglia (2008).
- 5 Uma série de historiadores e antropólogos pesquisa atualmente as relações entre indígenas e *criollos* no sul da Argentina. Algumas obras de referência são: Nacuzzi (2002); Jones (1999); Mandrini (2006); Sarasola (1999).
- 6 Para o período colonial no Chile, ver León Solís (1991).
- 7 Sobre as relações entre indígenas e *criollos* no rio da Prata no período colonial, publicado no Brasil, Mandrini e Ortelli (2003).
- 8 O surgimento e o fortalecimento das confederações indígenas e suas relações com os grupos *criollos* em disputa são analisados em Bechis (1998).
- 9 Para as relações entre indígenas e *criollos* no Chile no século XIX, ver Gutierrez (2003).
- 10 Sobre as trocas comerciais e humanas entre a Araucania Chilena e os pampas no século XIX, ver Lagarde (2004).
- 11 AGN, Sala X, Legajos 18-7-6, 15/12/1853.
- 12 Archivo Histórico de Córdoba (AHC), Fondo Gobierno, Legajos 241B, 19/06/1854.
- 13 Os principais tratados de paz do período estão transcritos e analisados em Levaggi (2001).
- 14 O caudilhismo e suas práticas políticas na região platina são discutidos em uma série de artigos compilada por Noemi Goldman e Ricardo Salvatore (1998).
- 15 Sobre os interesses envolvendo os *indios amigos* e os *criollos*, ver Ratto (1998).
- 16 Para a vida desta figura emblemática do período, sua autobiografia é uma rica fonte: Baigorria (1975).
- 17 AHC, Fondo Gobierno, Legajos 239E, 18/07/1854.
- 18 Archivo General de la Nación (AGN), Sala X, Legajos 19-6-5, 13/10/1857.
- 19 Para as estratégias evangelizadoras do período, ver Nicoletti (2002).
- 20 AGN, Sala X, Legajos 19-5-4, 22/10/1856.
- 21 Idem, 03/11/1856.

- 22 Idem, Legajos 19-6-5, 02/04/1857.
 23 Idem, Legajos 20-2-1, 25/09/1859.
 24 Idem, Legajos 20-2-1, 26/09/1859.
 25 Para uma análise desta obra, ver Prado (1997).
 26 Servicio Histórico del Ejército (SHE), novembro de 1865.
 27 Ley n. 215 de 13 de Agosto de 1867 (apud Walther, 1964, p. 775-776).
 28 SHE, 27/10/1870.
 29 Idem, 12/11/1870.
 30 Juan Calfucurá a Juan de Boer, 05/03/1872 (apud Walther 1964, p. 451-452).
 31 SHE, 08/03/1872, 6h 25min.
 32 Idem, 09/03/1872.
 33 Ibidem, 11/03/1872.
 34 Ibidem, 16/06/1873.

REFERÊNCIAS

- BAIGORRIA, Manuel. *Memórias*. Buenos aires: Solar/hachette, 1975.
- BECHIS, Martha. Fuerzas indígenas en la política criolla del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- GUTIERREZ, Horacio. Fronteiras indígenas e identidades chilenas no século XIX. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida S. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp; São Paulo: Olho D'água, 2003.
- JONES, Kristine. Warfare, reorganization, and readaptation at the Margins of Spanish Rule: the Southern Margin (1573-1882). In: SALOMON, Frank; SCHWARTZ, Stuart B. (Ed.). *The Cambridge History of the Native Peoples of the Americas: South America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. V. III. Part. 2.
- LAGARDE, Jorge Luis Rojas. *Malones y comercio de ganado con Chile: siglo XIX*. Buenos Aires: El elefante blanco, 2004.
- LEÓN SOLÍS, Leonardo. *Maloqueros y conchavadores en Araucanía y las Pampas, 1700-1800*. Temuco: Ed. Universidad de la Frontera, 1991.
- LEVAGGI, Abelardo. *Paz en la frontera*. Historia de las relaciones diplomáticas con las comunidades indígenas en la Argentina (siglos XVI – XIX). Buenos Aires: Universidad del Museo Social Argentino, 2001.

- MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. Una frontera permeable: los indígenas pampeanos y el mundo rioplatense en el siglo XVIII. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R. C.; LOPES, Maria Aparecida Souza. *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: Unesp, São Paulo: Olho d'água, 2003.
- MANDRINI, Raúl (ed). *Vivir entre dos mundos: las fronteras del sur de la Argentina – siglos XVIII y XIX*. Buenos Aires: Taurus, 2006.
- MANDRINI, Raúl; ORTELLI, Sara. *Volver al país de los araucanos*. Buenos Aires: Sudamericana, 1992.
- MIRAGLIA, Marina. La dinámica ambiental de las lagunas Encadenadas en el oeste de la provincia de Buenos Aires entre 1810 y 1930. IV SIMPÓSIO DA SOCIEDADE LATINO-AMERICANA DE HISTÓRIA AMBIENTAL. Belo Horizonte: Solcha, 2008.
- NACUZZI, Lidia R. *Funcionarios, diplomáticos, guerreros. Miradas hacia el otro en las fronteras de pampa y patagonia (siglos XVIII y XIX)*. Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2002.
- NICOLETTI, María Andrea; FLORIA, Pedro Navarro. Building an image of the Indian People from Patagonia during the Eighteenth and Nineteenth Centuries: Science and Christening. In: BRIONES, Claudia; LANATA, José Luis. *Archaeological and anthropological perspectives on the Native Peoples of Pampa, Patagonia, and Tierra del Fuego to the Nineteenth Century*. Westport/Londres: Bergin; Garvey, 2002.
- PRADO, Maria Ligia. Prefácio à edição brasileira. In: SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: Edusc, 1999.
- Ratto, Silvia. Finanzas publicas o negocios privados? El sistema de racionamiento del negocio pacifico de indios en la epoca de Rosas. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo (Comp.). *Caudillismos rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- SARASOLA, Carlos Martinez. *Nuestros paisanos, los indios*. Vida, historia y destino de las comunidades indígenas en la Argentina. Buenos Aires: Emecé, 1999.
- WALTHER, Juan Carlos. *La conquista del Desierto*. Buenos Aires: Círculo Militar, 1964.